

A REALIDADE DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM PONTA GROSSA: O LIMIAR DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

SCORTEGAGNA, Paola/UEPG/paola_scortegagna@hotmail.com
OLIVEIRA, Rita de Cássia/UEPG/soliveira13@uol.com.br

Resumo: Muitas transformações estão ocorrendo no Brasil, nos últimos anos, suscitando rapidamente muitos desafios e possibilidades à população. A educação apresenta-se como um instrumento de modernização e avanço social. Este trabalho objetiva uma reflexão sobre o processo histórico da educação de jovens e adultos (EJA) no Brasil, analisando em especial a criação e implementação dessa modalidade em Ponta Grossa/ Paraná. A pesquisa teve como objetivos identificar o perfil dos alunos beneficiados pela EJA e dos profissionais que atuam nessa modalidade, como também as políticas públicas voltadas para esse segmento. A investigação foi descritiva, interpretativa, quanti-qualitativa. Utilizou-se como instrumentos questionários aplicados aos alunos e entrevistas para os professores da EJA, atuantes em tal modalidade. Como resultado, obteve-se que os alunos entrevistados têm consciência da importância do conhecimento sistemático em suas vidas e no trabalho, possibilitando a melhoria das condições de ascensão na carreira ou busca de melhores oportunidades. E apesar de todas as dificuldades, percebe-se a perseverança em procurar uma escola e continuar a trajetória estudantil, um dia interrompida por diversos fatores. Comprova-se, o interesse dos alunos pelos estudos, dedicação e força de vontade. Em relação ao professor, observa-se o quanto é difícil encontrar profissionais realmente preparados para atuar na EJA, como também não há uma grande preocupação das instituições de ensino superior com a formação acadêmica voltada para esse segmento educacional. Porém, reforça-se que os professores são comprometidos com a educação dos adultos.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos, Políticas Públicas, Educação Permanente.

Abstract: Many changes are occurring in Brazil in recent years, posing many challenges and opportunities quickly to the population. Education presents itself as an instrument of social progress and modernization. This study aims to reflect on the historic process of education of youths and adults (EJA) in Brazil, in particular examining the creation and implementation of this modality in Ponta Grossa / Parana. The survey aimed to identify the profile of students benefit from the EJA and professionals who work in that mode, but also public policies geared to this segment. The research was descriptive, interpretative, quantitative and qualitative. It was used as instruments used questionnaires to students and interviews for teachers of EJA, acting in this way. As a result, returned to have the students interviewed are aware of the importance of systematic knowledge in their lives and at work, enabling the improvement of the rise in their careers or looking for better opportunities. And despite all the difficulties, perceive themselves to perseverance in seeking a school and continue to track student, one day interrupted by several factors. Comprova up, the interest of students for studies, dedication and strength of will. For the teacher, there is how much is difficult to find professionals really prepared to act in the EJA, but there is a great concern of higher education institutions with academic training focused on the educational segment. However, reinforces that the teachers are committed to the education of adults.

Keywords: Young and Adults' Education, Public Policies, Permanent education.

O contexto atual apresenta muitas e incisivas mudanças econômicas, culturais, políticas e sociais que o Brasil vem sofrendo nos últimos anos, nas quais a população depara-se cada vez mais com desafios e possibilidades de crescimento num compasso acelerado. Através dessa realidade, a educação representa um importante meio de progresso e modernização social. Dessa maneira, “a educação é o processo pelo qual a sociedade forma seus membros à sua imagem e em função de seus interesses” (PINTO, 1994, p.29).

A sociedade pós-moderna valoriza muito o conhecimento adquirido pelos indivíduos e, para acompanhar as transformações no mundo do trabalho, torna-se necessária uma maior qualificação profissional. Nessa perspectiva, a educação ocupa cada vez mais espaço e passa a ser reclamada por uma parcela maior da população como imprescindível para a integração e participação social.

Por muito tempo a educação esteve vinculada a diferentes fases da vida; a infância era valorizada, e na questão educacional, com uma preocupação muito intensa quanto aos métodos e os conteúdos que deveriam ser apresentados conforme a faixa etária.

Com relação aos jovens e adultos, a associação refere-se ao mundo do trabalho, a produção, ao consumo, enquanto à velhice e terceira idade estavam vinculadas à improdutividade, a diminuição das atividades físicas e intelectuais. (HADDAD, 2001). Entretanto, esses mitos que assombram a educação brasileira são destruídos pelas pesquisas científicas atualmente desenvolvidas, atribuindo significados diferenciados conforme as faixas etárias, considerando a cada segmento etário um espaço de reconhecimento e contribuição na sociedade brasileira.

O segmento dos jovens, adultos e idosos distingui-se dos demais segmentos da educação formal, sendo necessário uma re-avaliação de uma modalidade de ensino que supra as necessidades educacionais que esse grupo carece, através de uma relação entre formação e mercado de trabalho. Pois, a realidade educacional brasileira é um exemplo acabado de contradição entre a declaração dos direitos e a prática social. Existe um descompasso entre os processos de interação entre estudo e trabalho (PICONEZ, 2002).

A educação voltada para jovens, adultos e idosos, que se encontram em atividade, como trabalhadores, se coloca como uma das mais estratégicas formulações para a possível transformação e, no limite, revolução da sociedade injusta, discriminatória e elitista em que vivemos (GADOTTI e ROMÃO, 2001).

A educação representa a possibilidade de mudança para essa classe, por muitas vezes excluída da sociedade. A Educação de Jovens, Adultos e Idosos no Brasil vem ao encontro de algumas problemáticas sociais, porém é preciso perceber suas dificuldades e limitações.

A identidade da Educação de Jovens e Adultos configura-se num âmbito ambíguo e muitas vezes contraditório, demonstrando a necessidade de uma organização, na qual a população beneficiada com esse segmento educacional realmente atinja seus objetivos enquanto cidadãos em busca de novas oportunidades através da educação.

Esse segmento de ensino confronta-se com a diminuição das elevadas taxas de analfabetismo existentes no Brasil, as quais apesar de apresentarem um decréscimo significativo nos últimos anos, principalmente na população jovem (IBGE), ainda está longe de alcançar um índice aceitável de analfabetos, cumprindo os objetivos educacionais traçados pela Organização das Nações Unidas (UNESCO), para 2015.

Em relação à Educação de Jovens, Adultos e Idosos, destinada àqueles que não tiveram acesso ao ensino fundamental e ao médio na idade própria, tanto nas formas de ensino presencial e/ou semi-presencial, os dados do Censo Escolar de 2006 mostram que a quantidade de alunos matriculados nesse referido ano é muito semelhante ao do ano de 2005, 5,6 milhões de matrículas, com um aumento de apenas 882 matrículas em 2006 (IBGE/INEP).

É importante ressaltar, que no período de 2005/2006, as matrículas da EJA nos cursos presenciais cresceram 5,2% (mais 241.964 mil alunos) e nos cursos semi-presenciais diminuíram em 24,2% (menos 241.099 alunos). Tais dados indicam uma migração para os cursos presenciais. Pode-se destacar como um dos fatores responsáveis por essa transição, a implementação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), cujo financiamento para a educação básica presencial, inclui os cursos da educação de jovens e adultos (IBGE/INEP).

Apesar dos dados apresentados, representarem um importante avanço quanto à quantidade de alunos matriculados em cursos presenciais, a realidade vivenciada aponta que a alfabetização e a educação de jovens, adultos e idosos apresenta-se no governo como uma proposta regelada a um segundo plano, através de um caráter apenas qualitativo.

“O Brasil é mais do que um país. É uma imensa região marcada por profundas assimetrias e desigualdades econômicas e sociais, regionais e étnicas, com um

considerável e histórico atraso na construção da escola para todos” (TEODORO, 2003, p. 138).

O Estado, referenciando o estado máximo do lucro, estabelece em suas estruturas poucas ou quase incipientes condições de acesso a uma educação de qualidade, principalmente para a população mais pobre, dando cada vez mais ênfase, a um estado mínimo das condições básicas, como sobrevivência e a própria educação.

Todavia, a EJAI no Brasil, configura-se cada vez mais como necessidade para a população não-escolarizada, que busca através da educação, superar suas mazelas sociais, sendo capaz de emergir no processo de qualificação tanto profissional quanto pessoal.

Essa modalidade vem ao encontro das classes sociais menos favorecidas, uma vez que o estado capitalista busca incessantemente o lucro exacerbado, sem preocupar-se com toda parcela da população que se encontra à margem desse contexto. Nestas condições, a educação apresenta-se como possibilidade de mudança a essa realidade vivenciada.

A Educação de Jovens e Adultos, no transcorrer do seu processo histórico, apresenta-se como uma educação compensatória (GADOTTI E ROMÃO, 2001), sendo vista como uma oportunidade para superar uma falha no processo educacional dos alunos inclusos nessa modalidade. Desta maneira, os beneficiados com a mesma, buscam na educação as possibilidades de superar suas condições de trabalho e sobrevivência.

Torna-se indispensável a implementação de políticas públicas voltadas para essa população, propiciando condições mínimas de sobrevivência, trabalho, além de estruturar uma educação de qualidade, que venha ao encontro dos objetivos desse segmento.

Entenda-se que “política pública é o resultado da dinâmica do jogo de forças que se estabelece no âmbito das relações de poder, relações essas constituídas pelos grupos da sociedade civil” (BONETI, 1997, p. 188).

No contexto da Educação de Jovens, Adultos e Idosos, as políticas se voltam para o âmbito educacional. Segundo Vieira (2007, p. 56), “as políticas representam o espaço onde se manifesta a ‘politicidade inerente à educação’, na medida em que traduzem expectativas de ruptura ou de continuidade”.

As políticas públicas fazem correspondência às orientações e disposições do governo, através das mais diversas decisões nas esferas sociais, influenciando a população direta ou indiretamente, nos âmbitos pessoais, profissionais, sociais e também educacionais. Estabelecem-se por leis, diretrizes, planos, resoluções, estatutos e demais decisões provenientes do poder público.

Para Vázquez,

os sujeitos ou agentes da ação política são os indivíduos concretos, reais, mas enquanto membros de um grupo social determinado. Atuando politicamente, os indivíduos defendem os interesses comuns do grupo social respectivo nas suas relações com o estado, com outras classes ou com outros povos (2005, p. 93).

As Políticas Públicas para a EJAI configuram-se num espaço diferenciado. Apesar de existirem muitas iniciativas em prol da disseminação da educação para todas as pessoas, como é previsto na própria Constituição Federal, no Art 205, que prescreve a educação como direito de todos e dever do estado. A EJAI ainda apresenta-se aquém das muitas estratégias educacionais propostas pelo governo.

Em contraponto a essa realidade, é importante ressaltar que, “admitindo que a educação seja função essencialmente social, não pode o Estado desinteressar-se dela” (DURKHEIM, 1968, p. 49). A educação deve configurar-se como possibilidade de ação e mudança, estruturada a partir de Políticas Públicas que atendam toda a população.

Dessa maneira, a EJAI tem uma estreita relação com políticas educacionais e demais estratégias governamentais, pois esta modalidade apresenta-se como possibilidade de inclusão social, vindo ao encontro da responsabilidade pública para com os cidadãos. Neste ponto, pode-se destacar o Artigo 206 da Constituição Federal de 1988, que prescreve “a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”.

Na Constituição Federal, em referência a Educação de Jovens, Adultos e Idosos, também se pode destacar o Artigo 208, no qual se encontra a garantia de obrigatoriedade do ensino gratuito, inclusive para aqueles que não tiveram acesso ao mesmo na idade própria. E também o Artigo 214, faz menção ao plano nacional de educação, e tem como meta a erradicação do analfabetismo, como também a melhoria na qualidade de ensino e a formação para o trabalho.

Para Arroyo, “a história mostra que o direito à educação somente é reconhecido na medida em que vão acontecendo avanços sociais e políticos na legitimação da totalidade dos direitos humanos”. Assim, “a re-configuração da EJA estará atrelada a essa legitimação” (2006, p. 28).

A Educação de Jovens e Adultos não se estrutura como uma adaptação do sistema educacional vigente no Ensino Fundamental e Médio, para suprir uma necessidade educacional, ela é um desafio social, centralizado na sociedade do saber, pautado nos princípios do direito universal à educação, uma vez que, volta-se a uma camada social desfavorecida, tanto no âmbito econômico, quanto social.

Através das mudanças sociais no Brasil, pode-se destacar a preocupação com o desenvolvimento da educação, possibilitando o acesso e permanência dos sujeitos na escola, além de propiciar aqueles que se encontram a margem deste processo, condições de ingressarem no âmbito escolar, através de uma educação permanente e adequada para jovens, adultos e idosos.

Esses sujeitos, por muitas vezes, encontram-se a margem do processo educacional, pois em sua realidade foram submetidos ao mercado de trabalho ou não encontraram condições de manterem-se na escola. É necessário, “vê-los como alunos, tomarmos consciência de que estão privados dos bens simbólicos que a escolarização deveria garantir (p. 23)”. Porém, é preciso superar a idéia de que a EJA seja vista como política de continuidade na escolarização, propiciando uma segunda oportunidade para os jovens e adultos que não tiveram acesso à escola (ARROYO, 2006).

Porém, segundo Porto (2004), as políticas públicas têm sido insuficientes para atender ao direito de todos os brasileiros à educação e, embora sejam ampliadas as ofertas, elas continuam excluindo elevado número de jovens e adultos de tais oportunidades, quer pelo não-acesso, quer pela não-permanência.

Em outros contextos, também se pode destacar a ausência de espaços escolares adequados, para suprir a demanda. Pode-se também citar a própria falta de interesse de alguns alunos no período de escolarização, que os remeteu a busca da escola, por melhoria nas condições pessoais, sociais, financeiras e relacionadas à ascensão no trabalho.

A Educação de Jovens e Adultos estabelece-se como uma modalidade de ensino, que apesar dos conflitos referentes a sua organização, possui um caráter de educação permanente, pois a educação é um processo e tem um fim. Além deste ponto, também se percebe que esta modalidade atinge um segmento diferenciado, o qual possui suas especificidades peculiares e necessita de uma percepção diferenciada acerca da educação formal. “Ao reconhecer que a educação se faz ao longo da vida, torna-se indispensável intensificar o movimento sóciopolítico de universalizá-la” (PORTO, 2003, p. 33)

A educação problematizadora se identifica com o movimento permanente onde se encontram os sujeitos, que são inconclusos; partindo dos mesmos, esse movimento é histórico, onde esse sujeito é objeto (FREIRE, 2005).

Por muitas vezes, a EJA, considera-se como um segmento de segunda linha, ou seja, supre as dificuldades de um contingente desfavorecido. Assim, ocorre em muitos casos um choque cultural, pois, considera-se que o sujeito que constitui a EJA, é um indivíduo sem cultura ou por vezes incapaz de atingir suas metas através da educação.

Para Santos (2003, p. 74),

os jovens e adultos pouco escolarizados trazem consigo um sentimento de inferioridade, marcas de *fracasso escolar*, como resultado de reprovações, do não-aprender. A não-aprendizagem, em muitos casos, decorreu de um ato de violência, porque o aluno não atendeu às expectativas da escola. Muitos foram excluídos da escola pela evasão (outro reflexo do poder da escola, do poder social); outros a deixaram em razão do *trabalho infantil precoce*, na luta pela sobrevivência (também vítimas do poder econômico).

É necessário, contudo, compreender que a educação é um conjunto da produção humana, e se caracteriza como um trabalho não-material, tendo relação direta com hábitos, conceitos, habilidades, atitudes e idéias (SAVIANI, 2003).

A educação de jovens e adultos justifica-se em grande medida como educação permanente, em virtude da crescente globalização da produção e dos mercados, da acelerada mudança tecnológica, dos crescentes desajustes do mercado de trabalho e da eventual redução da demanda por habilidades.

Torna-se significativo referenciar a educação de adultos no contexto das políticas sociais, remetendo-nos às exigências educativas que a sociedade impõe no âmbito político.

Segundo Freire (2005), ao ligar-se a uma das tendências da moderna concepção progressista, admite que seja necessário tornar a educação acessível às camadas populares. Porém, a educação cumprirá caráter político e social na medida em que possa criar o espaço de discussão e problematização da realidade, com vistas à educação consciente, voltada para o exercício da cidadania por sujeitos comprometidos com a transformação da realidade, envolvendo jovens, adultos e idosos nas mais diversas dimensões.

Um regime político democrático exige que as pessoas tenham domínio de instrumentos da cultura letrada, que assumam valores e atitudes democráticas: a

consciência de direitos e deveres, a disposição para a participação, para o debate de idéias e o reconhecimento de posições diferentes das suas.

O Brasil vem reconstruindo as instituições democráticas e nesse processo a educação tem um papel a cumprir com relação à consolidação da democracia em nosso país.

Assim, cabe a educação estabelecer uma relação democrática entre a política e os sujeitos deste paradoxo educacional, a fim de re-ordenar e reconstruir gradativamente um processo ensino-aprendizagem pautado na construção e re-construção crítica, reflexiva e democrática dos conhecimentos, onde todos os indivíduos presentes neste meio possam desenvolver-se e constituírem-se como cidadãos atuantes e conscientes.

A escola não distribui poder, mas constrói saber que é poder. Não mudamos a história sem conhecimentos, mas temos que educar o conhecimento para que possamos interferir no mercado como sujeitos, não como objeto. O papel da escola consiste em colocar o conhecimento nas mãos dos excluídos de forma crítica, porque, a pobreza política produz pobreza econômica (GADOTTI, 1997).

No Brasil, estão ocorrendo muitas mudanças culturais, políticas, econômicas e sociais. Esses acontecimentos desencadeiam novos desafios, possibilitando o crescimento do capital cultural da população, pois, a mesma encontra-se num processo de re-avaliação dos próprios direitos e valores, que resultam num processo de transformações pessoais e profissionais, que geram a necessidade de um novo profissional.

A educação desponta como um instrumento indispensável para a formação deste novo profissional, através do processo de socialização e integração, sendo possível desmistificar os choques culturais e sociais presentes em nossa sociedade. Assim, a população passa a exigir cada vez mais condições de acesso e permanência na escola, com uma educação de qualidade, proporcionando uma formação que contemple as necessidades e aspirações.

A modalidade da EJA na cidade de Ponta Grossa configura-se como um espaço em construção, apesar de já há alguns anos fazer parte do contexto educacional da cidade, principalmente nos anos 90. Porém, ainda é vista como uma modalidade fora do sistema de ensino básico.

A referida pesquisa analisou oito escolas da rede municipal, que ofertam o ensino fundamental, nos anos iniciais. Estas escolas encontram-se em todas as regiões

da cidade, separadas em quatro quadrantes, sendo analisadas duas escolas por quadrante.

Foram aplicados questionários para todos os alunos matriculados nas classes de alfabetização (124 alunos), tal como para as professoras destas turmas (8 professoras).

Dos alunos que responderam os questionários, 75% são jovens (93 alunos), 61,29% são mulheres (76 alunos), 83% já freqüentaram em algum momento a escola (103 alunos), 62% vivem com até um salário mínimo (62 alunos), 37,9% são desempregados (47 alunos), 22,6% trabalham em empregos informais (28 alunos) e 39,5% trabalham em empregos formais (49 alunos). Dentre os alunos, 80% (99 alunos) há mais de cinco anos não estudam. Diversos motivos oportunizaram o abandono da escola: os problemas financeiros que forçaram essas pessoas, ainda crianças ou adolescentes, a trabalharem (59,7% - 74 alunos), as constantes mudanças de localidade (9,7% - 12 alunos). Também foram relatadas brigas escolares, idade superior a 14 anos (o que obriga o aluno a abandonar o ensino regular e partir para a EJA) e também o desajustamento ao sistema escolar formal.

Em relação às professoras, todas são profissionais do sexo feminino, com idade entre 40 e 59 anos, atuantes na EJA entre 4 e 10 anos, possuindo formação acadêmica em nível superior. Estas profissionais são experientes na área de educação, visto que as mesmas já atuaram nas primeiras séries do Ensino Fundamental do ensino regular. Alguns motivos levaram-nas a optar pelo trabalho com educação de jovens e adultos: foi uma escolha pessoal (6 professoras), devido entre outros motivos, a troca de experiências e conhecimentos (5 professoras), a afinidade com os mesmos (7 professoras) e o já reconhecido interesse e responsabilidade dos alunos pelos estudos (5 professoras), que é fato indiscutível. Além de que as escolas em questão são próximas das residências das professoras, o que facilita consideravelmente o cotidiano.

Segundo o relato de uma professora, formou-se um vínculo de afetividade muito peculiar nessa relação. Tanto se faz verdade que a professora relata apenas vantagens provenientes dessa experiência profissional. “As trocas de experiências entre aluno e professor (e vice-versa) é um fator importante para o aprendizado, pois gera confiança para solidificar o trabalho e os objetivos de cada um”.

Demonstra-se uma preocupação com relação ao currículo da EJA, com o que se está ensinando e a forma que se dá esse encaminhamento. Além da constante preocupação com o currículo da EJA, formação contínua dos profissionais atuantes nessa modalidade de ensino, o município tem se mostrado interessado em manter esses

educadores atualizados com relação às discussões sobre as Diretrizes da Educação para Jovens e Adultos, informando-os constantemente sobre as discussões.

Como é dado suporte para o bom andamento da EJA, a avaliação realizada pelo município é considerada adequada pela professora (P4), “porque são conteúdos trabalhados em sala de aula e extraídos dos módulos da EJA”. Ainda assim, a professora considera adequado para término do ensino fundamental e do ensino médio um prazo superior a dois anos. Mesmo com a dedicação do aluno, é necessário que ele esteja de fato preparado para avançar para os anos seguintes, com qualidade e chances reais de sucesso.

Pode-se concluir que a EJA na cidade de Ponta Grossa já evoluiu consideravelmente nos últimos anos, considerando-se que o número de alunos atendidos vem aumentando. Todavia, ainda são necessárias Políticas Públicas específicas que atendam essa modalidade de ensino, propiciando uma educação de qualidade para jovens, adultos e idosos, que não tiveram acesso de freqüentar a escola no período regular.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, M. G. (2006). **Educação de jovens-adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública**. In: SOARES, L., GIOVANETTI, M. A., GOMES, N. L. (org). **Diálogos na educação de jovens e adultos**. Belo Horizonte: Autêntica.
- BONETI, L. W. (1997). **Educação, exclusão e cidadania**. Ijuí: Unijuí.
- DURKHEIM, E. (1968). **Educação e sociologia**. Paris: PUF.
- FREIRE, P. (2007). **Educação e mudança**. São Paulo: Paz e Terra, 30ª ed.
- _____. (2005). **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 45ª ed.
- PICONEZ, S. C. B. (2002). **Educação escolar de jovens e adultos**. Campinas: Papirus.
- PORTO, Y. S. (2004). **Educação de jovens e adultos: o desafio de ressignificá-la**. In: FARENZENA, R. C. (org). **Educação de Jovens e Adultos: movimento político-pedagógico**. Passo Fundo: UPF.
- SANTOS, M. L. L. (2003). **Educação de jovens e adultos: marcas da violência na produção poética**. Passo Fundo: UPF.

SAVIANI, D. (2003) **Pedagogia histórico-crítica**. Campinas: Autores Associados, 8ª ed.

TEODORO, A. (2003). **Globalização e educação: políticas educacionais e novos modos de governação**. São Paulo: Cortez.

VÁZQUEZ, A. S. (2005). **Ética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

VIEIRA, S. L. (2007). **Política (s) e gestão da educação básica: revisitando conceitos simples**. In: Revista brasileira de política e administração da educação. V.23, n.1, p. 56-69, jan/abr.